**ANEXO VI – Declaração da operação do sistema de abastecimento público de água**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal da prefeitura municipal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e atuando em seu nome, venho declarar que o serviço de abastecimento público de água no município de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ é operado pela (Prefeitura Municipal/Autarquia Municipal), não havendo atuação de concessionárias estaduais ou privadas para a oferta de tais serviços. Declaro também que não há processos em andamento para (mudança/licitação/assinatura de contrato de programa) com concessionárias estaduais ou privadas para atribuição da operação dos serviços de abastecimento público de água.

Declaro, ainda, estar ciente que a falsidade dessas declarações configura crime previsto no art. 299, do Código Penal Brasileiro.

(local e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_